

RECURSO ESPECIAL Nº 1.742.504 - PR (2018/0119913-1)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
RECORRENTE : BANCO RCI BRASIL S.A
ADVOGADOS : SERGIO SCHULZE - PR031034
PAULO ROBERTO NASCIMENTO NEVES - PR075706
RECORRIDO : APARECIDA MAGALHÃES MOLINA
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por Banco RCI Brasil S/A no qual se alega violação do art. 2º, § 3º, do Decreto-Lei n. 911/1969, além de dissídio jurisprudencial. O acórdão recorrido está retratado na seguinte ementa (fl. 260):

APELAÇÃO CÍVEL PELA AUTORA - AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO - SENTENÇA QUE JULGOU IMPROCEDENTE O PEDIDO INICIAL - ALEGAÇÃO DE COMPROVAÇÃO DA MORA E IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DA TEORIA DO ADIMPLEMENTO SUBSTANCIAL - NÃO ACOLHIMENTO - DEVEDORA QUE ADIMPLIU AS PARCELAS DO CONTRATO. RESTANDO EM ABERTO SOMENTE O PAGAMENTO DOS ENCARGOS MORATÓRIOS - DESCABIMENTO DA MEDIDA DE BUSCA E APREENSÃO, ANTE A IMPOSSIBILIDADE DE RESOLUÇÃO DO CONTRATO NO CASO CONCRETO - SENTENÇA MANTIDA - NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO.

Os embargos de declaração opostos pelo recorrente foram rejeitados, nos termos da seguinte ementa (fl. 276):

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PELA PARTE AUTORA - AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO - SENTENÇA QUE JULGOU IMPROCEDENTE O PEDIDO INICIAL EM RAZÃO DO ADIMPLEMENTO SUBSTANCIAL - ACÓRDÃO QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO DE APELAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA - ALEGAÇÃO DE OMISSÃO - INOCORRÊNCIA - TESE SUSTENTADA QUE DIZ RESPEITO AO MÉRITO DO RECURSO - PECULIARIDADES DO CASO SOB EXAME QUE INDICAM A IMPROCEDÊNCIA DA AÇÃO COMO SOLUÇÃO MAIS ADEQUADA - DEVEDORA/RÉ QUE ADIMPLIU AS PARCELAS DO

CONTRATO. RESTANDO EM ABERTO SOMENTE O PAGAMENTO DOS ENCARGOS DE MORA - AUSÊNCIA DOS VÍCIOS DO ARTIGO 1.022 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - MATÉRIA ABORDADA NO ACÓRDÃO - MERO INCONFORMISMO - ADOÇÃO DE TESE DIVERSA PELO ÓRGÃO JULGADOR QUE NÃO JUSTIFICA A OPOSIÇÃO DO RECURSO - EMBARGOS REJEITADOS.

Sustenta o recorrente, em síntese, que não se aplica ao presente caso a teoria do adimplemento substancial.

Assim posta a questão, passo a decidir.

Verifico que o Tribunal de origem negou provimento ao recurso de apelação interposto pelo banco, assim discorrendo (fls. 261/263):

(...)

Depreende-se dos autos que o juízo singular indeferiu a petição inicial, ante o adimplemento substancial do contrato pelo pagamento de todas as parcelas em atraso, o que indica a impossibilidade de extinção do instrumento contratual, e a consequente revogação da medida liminar de busca e apreensão anteriormente deferida (fls. 196/199).

Em face da sentença, insurge-se a parte autora, sob a alegação de que a mora restou comprovada pelo documento acostado aos autos, de sorte que o não pagamento dos juros incidentes sobre as parcelas em atraso demonstra má-fé da ré, não havendo que se falar em adimplemento substancial. Contudo, não lhe assiste razão.

Verifica-se que a parte autora ajuizou a presente ação de busca e apreensão, sob a alegação de que as partes firmaram contrato de arrendamento mercantil para pagamento em 60 parcelas no valor de R\$ 733,33, sendo que a requerida se tornou inadimplente a partir da parcela nº 43, com vencimento em 20/02/2016, tendo sido notificada para purgar a mora (fl. 81).

Nesse sentido, o pedido foi deferido liminarmente, sendo expedido o mandado de busca e apreensão (fls. 125/126), o qual foi cumprido em 23 de junho de 2016 (fl. 134). Na mesma data, entretanto, ao ser citada, a parte ré efetuou o pagamento das parcelas em atraso, apresentando os comprovantes ao oficial de justiça cerca de uma hora após o ocorrido, conforme certidão de fl. 144 e comprovantes às fls. 135/142, razão pela qual o sr. Oficial entrou em contato com o juízo singular e promoveu a restituição e depósito do bem (fl. 143).

Observa-se que, intimada já em sede recursal, a parte autora apresentou planilha de evolução do débito relativo ao contrato firmado com a requerida, em que se infere que, mesmo após a apreensão e devolução do veículo (em junho de 2016), a ré continuou a adimplir as prestações, sendo que a sua dívida se limita aos juros incidentes sobre as prestações, bem como às prestações que ainda não haviam vencido na data de elaboração do cálculo em 16/03/2017 (fls. 20/22-TJ).

Logo, o que se observa é que a parte ré não possui parcelas em atraso, mas tão somente deixou de efetuar o pagamento dos juros embutidos nas parcelas, de modo que o valor substancial da dívida vem sendo satisfeito.

Deste modo, não há que se legitimar a medida cautelar de retomada da posse e da propriedade do bem, que já foi quase integralmente pago, com exceção dos encargos moratórios, sendo cabível à parte credora usar dos meios admissíveis para a quitação das parcelas contratadas, ficando apenas afastada a possibilidade de rescisão do contrato pela apreensão do bem.

Anote-se que não se está a eximir o devedor de arcar com seus débitos, mas tão somente se busca cumprir com a função social do contrato e o princípio da boa-fé, perquirindo uma solução menos gravosa e mais satisfativa para ambas as partes, quando há interesse pelo adimplemento. No caso concreto, especialmente, denota-se a diligência da ré em ter realizado o pagamento das parcelas devidas apenas uma hora após a apreensão do bem e citação, e ter dado continuidade no adimplemento das parcelas, o que não demonstra qualquer indício de má-fé na relação contratual, conforme alega a parte autora.

(...)

Com efeito, anoto que o acórdão recorrido está em dissonância com a jurisprudência do STJ que firmou o entendimento no sentido de que não se aplica a teoria do adimplemento substancial para a alienação fiduciária regida pelo Decreto-Lei n. 911/1969, e de que o referido decreto-lei é expresso em exigir a quitação integral do débito como condição imprescindível para que o bem alienado fiduciariamente seja remancipado. A propósito, confira-se:

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. CONTRATO DE FINANCIAMENTO DE VEÍCULO, COM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA REGIDO PELO

DECRETO-LEI 911/69. INCONTROVERSO INADIMPLENTO DAS QUATRO ÚLTIMAS PARCELAS (DE UM TOTAL DE 48). EXTINÇÃO DA AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO (OU DETERMINAÇÃO PARA ADITAMENTO DA INICIAL, PARA TRANSMUDÁ-LA EM AÇÃO EXECUTIVA OU DE COBRANÇA), A PRETEXTO DA APLICAÇÃO DA TEORIA DO ADIMPLENTO SUBSTANCIAL. DESCABIMENTO. 1. ABSOLUTA INCOMPATIBILIDADE DA CITADA TEORIA COM OS TERMOS DA LEI ESPECIAL DE REGÊNCIA. RECONHECIMENTO. 2. REMANCIÇÃO DO BEM AO DEVEDOR CONDICIONADA AO PAGAMENTO DA INTEGRALIDADE DA DÍVIDA, ASSIM COMPREENDIDA COMO OS DÉBITOS VENCIDOS, VINCENDOS E ENCARGOS APRESENTADOS PELO CREDOR, CONFORME ENTENDIMENTO CONSOLIDADO DA SEGUNDA SEÇÃO, SOB O RITO DOS RECURSOS ESPECIAIS REPETITIVOS (REsp n. 1.418.593/MS). 3. INTERESSE DE AGIR EVIDENCIADO, COM A UTILIZAÇÃO DA VIA JUDICIAL ELEITA PELA LEI DE REGÊNCIA COMO SENDO A MAIS IDÔNEA E EFICAZ PARA O PROPÓSITO DE COMPELIR O DEVEDOR A CUMPRIR COM A SUA OBRIGAÇÃO (AGORA, POR ELE REPUTADA ÍNFIMA), SOB PENA DE CONSOLIDAÇÃO DA PROPRIEDADE NAS MÃOS DO CREDOR FIDUCIÁRIO. 4. DESVIRTUAMENTO DA TEORIA DO ADIMPLENTO SUBSTANCIAL, CONSIDERADA A SUA FINALIDADE E A BOA-FÉ DOS CONTRATANTES, A ENSEJAR O ENFRAQUECIMENTO DO INSTITUTO DA GARANTIA FIDUCIÁRIA. VERIFICAÇÃO. 5. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. 1. A incidência subsidiária do Código Civil, notadamente as normas gerais, em relação à propriedade/titularidade fiduciária sobre bens que não sejam móveis infungíveis, regulada por leis especiais, é excepcional, somente se afigurando possível no caso em que o regramento específico apresentar lacunas e a solução ofertada pela "lei geral" não se contrapuser às especificidades do instituto regulado pela lei especial (ut Art. 1.368-A, introduzido pela Lei n. 10931/2004).

1.1 Além de o Decreto-Lei n. 911/1969 não tecer qualquer restrição à utilização da ação de busca e apreensão em razão da extensão da mora ou da proporção do inadimplemento, é expresse em exigir a quitação integral do débito como condição imprescindível para que o

bem alienado fiduciariamente seja remancipado. Em seus termos, para que o bem possa ser restituído ao devedor, livre de ônus, não basta que ele quite quase toda a dívida; é insuficiente que pague substancialmente o débito; é necessário, para esse efeito, que quite integralmente a dívida pendente.

2. Afigura-se, pois, de todo incongruente inviabilizar a utilização da ação de busca e apreensão na hipótese em que o inadimplemento revela-se incontroverso desimportando sua extensão, se de pouca monta ou se de expressão considerável, quando a lei especial de regência expressamente condiciona a possibilidade de o bem ficar com o devedor fiduciário ao pagamento da integralidade da dívida pendente. Compreensão diversa desborda, a um só tempo, do diploma legal exclusivamente aplicável à questão em análise (Decreto-Lei n. 911/1969), e, por via transversa, da própria orientação firmada pela Segunda Seção, por ocasião do julgamento do citado Resp n. 1.418.593/MS, representativo da controvérsia, segundo a qual a restituição do bem ao devedor fiduciante é condicionada ao pagamento, no prazo de cinco dias contados da execução da liminar de busca e apreensão, da integralidade da dívida pendente, assim compreendida como as parcelas vencidas e não pagas, as parcelas vincendas e os encargos, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial.

3. Impor-se ao credor a preterição da ação de busca e apreensão (prevista em lei, segundo a garantia fiduciária a ele conferida) por outra via judicial, evidentemente menos eficaz, denota absoluto descompasso com o sistema processual. Inadequado, pois, extinguir ou obstar a medida de busca e apreensão corretamente ajuizada, para que o credor, sem poder se valer de garantia fiduciária dada (a qual, diante do inadimplemento, conferia-lhe, na verdade, a condição de proprietário do bem), intente ação executiva ou de cobrança, para só então adentrar no patrimônio do devedor, por meio de constrição judicial que poderá, quem sabe (respeitada o ordem legal), recair sobre esse mesmo bem (naturalmente, se o devedor, até lá, não tiver dele se desfeito).

4. A teoria do adimplemento substancial tem por objetivo precípua impedir que o credor resolva a relação contratual em razão de inadimplemento de ínfima parcela da obrigação. A via judicial para esse fim é a ação de resolução contratual. Diversamente, o credor fiduciário, quando promove ação de busca e apreensão, de modo algum pretende extinguir a relação contratual. Vale-se da ação de busca e apreensão com o propósito imediato de dar cumprimento aos

termos do contrato, na medida em que se utiliza da garantia fiduciária ajustada para compelir o devedor fiduciante a dar cumprimento às obrigações faltantes, assumidas contratualmente (e agora, por ele, reputadas ínfimas). A consolidação da propriedade fiduciária nas mãos do credor apresenta-se como consequência da renitência do devedor fiduciante de honrar seu dever contratual, e não como objetivo imediato da ação. E, note-se que, mesmo nesse caso, a extinção do contrato dá-se pelo cumprimento da obrigação, ainda que de modo compulsório, por meio da garantia fiduciária ajustada. 4.1 É questionável, se não inadequado, supor que a boa-fé contratual estaria ao lado de devedor fiduciante que deixa de pagar uma ou até algumas parcelas por ele reputadas ínfimas mas certamente de expressão considerável, na ótica do credor, que já cumpriu integralmente a sua obrigação, e, instado extra e judicialmente para honrar o seu dever contratual, deixa de fazê-lo, a despeito de ter a mais absoluta ciência dos gravosos consectários legais advindos da propriedade fiduciária. A aplicação da teoria do adimplemento substancial, para obstar a utilização da ação de busca e apreensão, nesse contexto, é um incentivo ao inadimplemento das últimas parcelas contratuais, com o nítido propósito de desestimular o credor - numa avaliação de custo-benefício - de satisfazer seu crédito por outras vias judiciais, menos eficazes, o que, a toda evidência, aparta-se da boa-fé contratual propugnada. 4.2. A propriedade fiduciária, concebida pelo legislador justamente para conferir segurança jurídica às concessões de crédito, essencial ao desenvolvimento da economia nacional, resta comprometida pela aplicação deturpada da teoria do adimplemento substancial.

5. Recurso Especial provido.

(REsp 1.622.555/MG, Rel. Ministro MARCO BUZZI, Rel. p/ Acórdão Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22.2.2017, DJe de 16.3.2017)

Em face do exposto, dou provimento ao recurso especial para julgar procedente o pedido constante da ação de reintegração de posse. Condeno a parte recorrida nas custas processuais e ao pagamento de honorários advocatícios no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais). Ônus suspensos no caso de deferimento da justiça gratuita.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI

Relatora

